



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ASSUNTOS RURAIS

Matéria: PROJETO DE LEI Nº 062/2025

Data: 20/10/2025

Autoria: Poder Executivo

Ementa: "Parecer sobre o Projeto de Lei nº 062, de 29 de setembro de 2025, que institui o Programa "TEATENDE EM CASA" no Município de São Fidélis/RJ, dispondo sobre a vacinação domiciliar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Análise da técnica legislativa, constitucionalidade, legalidade, iniciativa e mérito.

OBJETO DO PARECER:

O Projeto de Lei Nº 062/2025, de autoria do Vereador Rodrigo Oliveira Santana, tem por finalidade instituir o Programa "TEATENDE EM CASA" no Município de São Fidélis-RJ. O programa visa garantir a vacinação domiciliar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando o acesso ao calendário nacional de imunização de forma segura, humanizada e adaptada às necessidades específicas dos beneficiários.

O texto apresenta sete artigos que tratam, respectivamente: da instituição e finalidade do programa, dos beneficiários, do procedimento de solicitação, da composição das equipes de imunização; da divulgação do programa; das despesas; e da vigência.

O ponto de maior relevância jurídica está no art. 4º, que dispõe que a organização das equipes de imunização competirá à Secretaria Municipal de Saúde, "podendo contar com o apoio de agentes comunitários de saúde". Essa previsão demanda análise à luz da legislação federal que regula as atribuições dos ACS, a fim de evitar eventual extrapolação de competências funcionais.

FUNDAMENTAÇÃO:

As Comissões analisaram a proposta sob os prismas da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa, conforme



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

disposto na Lei Orgânica do Município de São Fidélis e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

A Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, estabelece diretrizes para a clareza, precisão e ordem lógica dos textos normativos. O PL apresenta clareza e precisão, bem como faz a articulação entre a estrutura em artigos, parágrafos e incisos de forma correta.

Porém, precisa-se pontuar algumas sugestões a serem feitas ao autor.

Os incisos I a IV do Art. 3º listam os documentos, mas o caput do Art. 3º diz “instruído com:”. **RECOMENDA-SE** no caput do Art. 3º alterando “instituído com” por “instruído com os seguintes documentos”.

Redação atual:

Art. 3º - A solicitação do atendimento domiciliar dar-se-á mediante requerimento dos responsáveis legais à Secretaria Municipal de Saúde, instruído com:

Nova redação:

Art. 3º - A solicitação do atendimento domiciliar dar-se-á mediante requerimento dos responsáveis legais à Secretaria Municipal de Saúde, instruído com os seguintes documentos:

Art. 3º, §2º faz menção a “maior hipersensibilidade sensorial ou comorbidades clínicas”. Essa menção é muito vaga, pois carece de critérios objetivos para priorização, o que pode gerar subjetividade e dificultar a execução. Sugere-se definir parâmetros ou melhor ainda, delegar à Secretaria Municipal de Saúde a regulamentação, incluindo um Artigo no PL:

Sugestão:

Artigo: O Poder Executivo poderá regulamentar, por Decreto, o disposto nesta Lei, no que couber.

Esses ajustes são de natureza formal e não afetam o mérito do projeto, mas evitam risco de veto por vício de técnica legislativa, conforme o art. 12, §1º da LC nº 95/1998.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

Vício de Iniciativa:

A análise do vício de iniciativa é crucial para a constitucionalidade formal do PL. O PL trata da criação de um programa municipal de saúde pública com vacinação domiciliar, estabelecendo diretrizes operacionais para a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

O PL em análise não cria, extingue ou modifica a estrutura administrativa, pois apenas estabelece a organização de "equipes volantes" dentro da estrutura já existente da SEMUS, não dispõe sobre o regime jurídico ou remuneração de servidores, e, o mais importante, não cria despesa nova e específica que afronte a Lei Orçamentária Anual (LOA) ou o Plano Plurianual (PPA). O Art. 6º determina que as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, o que é uma fórmula constitucionalmente válida para PLs de iniciativa parlamentar que impliquem despesa.

O PL estabelece uma política pública de saúde, de caráter geral e diretivo, sem invadir a competência de gestão e organização administrativa do Poder Executivo. O mérito de como organizar as equipes e os recursos é deixado para a SEMUS, que em conjunto com o Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar essa organização por Decreto Municipal.

Assim, não se verifica vício de iniciativa, pois o projeto trata de matéria de interesse local e de relevância social, podendo ser proposto por vereador, conforme o art. 30, I, da Constituição Federal, e art. 14, I, da Lei Orgânica Municipal.

CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O PL está em consonância com a Constituição Federal e com os princípios basilares da Administração Pública.

O programa visa concretizar o direito à saúde e o acesso à imunização, um dever do Estado. O foco em pessoas com TEA atende ao princípio da igualdade material, tratando de forma diferente e adaptada aqueles em situação de maior vulnerabilidade e necessidade específica, como hipersensibilidade sensorial ou comorbidades.

O projeto encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da saúde como direito de todos e dever do Estado e da proteção à pessoa com deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

A vacinação domiciliar de pessoas com TEA atende aos princípios da universalidade e equidade do SUS, promovendo acessibilidade e inclusão social - especialmente para cidadãos com hipersensibilidade sensorial e dificuldades de deslocamento.

Do ponto de vista infraconstitucional, a medida harmoniza-se com a Lei nº 12.764/2012 que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reconhece o TEA como deficiência e assegura atendimento prioritário e individualizado.

ANÁLISE ESPECÍFICA DO ART. 4º – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Um ponto que merece uma análise mais específica é a questão dos Agentes Comunitários de Saúde, previsto no Art. 4º do PL.

O art. 4º do projeto dispõe:

“Compete à Secretaria Municipal de Saúde a organização das equipes volantes de imunização, compostas por profissionais de enfermagem habilitados, **podendo contar com o apoio de agentes comunitários de saúde.**”

A previsão, embora bem-intencionada, merece “cautela jurídica”, pois os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) possuem atribuições legalmente definidas pela Lei Federal nº 11.350/2006.

Conforme o art. 3º da referida lei, os ACS têm como atribuições:

Art. 3º da Lei Federal nº 11.350/2006

O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. (Redação dada pela Lei nº 13.595, de 2018)

Já o art. 4º, §1º, da Lei nº 11.350/2006, veda expressamente que os ACS exerçam atividades privativas de profissionais de saúde, tais como



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

procedimentos invasivos ou aplicação de vacinas, devendo sua atuação restringir-se a ações educativas, de orientação e acompanhamento.

Art. 4º, §1º, I ao V da Lei Federal nº 11.350/2006

Art. 4º -A. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

I - na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - (VETADO);

IV - na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

V - na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.

Assim, atribuir aos ACS qualquer função que extrapole essa limitação - ainda que sob o termo genérico "apoio" - poderia ser interpretado como violação à legislação federal e ao princípio da legalidade administrativa.

Portanto, para assegurar conformidade com o ordenamento jurídico, **recomenda-se emenda supressiva ou modificativa ao art. 4º**, esclarecendo que o apoio dos ACS deverá restringir-se a atividades educativas, de comunicação e acompanhamento domiciliar, sem envolvimento direto em procedimentos de vacinação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

Sugestão de nova redação para o art. 4º:

Art. 4º – Compete à Secretaria Municipal de Saúde a organização das equipes volantes de imunização, compostas por profissionais de enfermagem habilitados, podendo contar com o apoio de agentes comunitários de saúde exclusivamente nas atividades de orientação, mobilização e acompanhamento das famílias, vedada a execução de atos privativos de profissionais de saúde.

Essa redação garante compatibilidade com o art. 3º e art. 4º da Lei nº 11.350/2006 e resguarda o princípio da legalidade.

CONCLUSÃO:

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** e a **COMISSÃO DE SAÚDE**, após análise técnica e jurídica se manifesta que o **Projeto de Lei Nº 062/2025** encontra-se, em sua essência, **CONSTITUCIONAL E LEGAL**, apresentando alto mérito social e cumprindo com os princípios da Administração Pública e o direito à saúde. O PL é compatível com o ordenamento jurídico vigente e não incorre em vício de iniciativa.

RECOMENDAMOS PELA APROVAÇÃO, COM RECOMENDAÇÃO DE EMENDAS DE REDAÇÃO E TÉCNICA LEGISLATIVA

Sugere-se a adoção das medidas expostas ao longo desse Parecer para aperfeiçoamento do texto e eliminação de ambiguidades, conforme o disposto na Lei Complementar nº 95/1998 e na Lei Federal nº 11.350/2006:

Aprovado o PL com as alterações sugeridas, o texto se torna robusto, claro e juridicamente inatacável.

São Fidélis/RJ, 21 de outubro de 2025.

Carlos Rogério Vieira da Silveira (CCJR)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

Amauri Araújo da Silva (CCJR)

Carlos Humberto F. Fratani (CCJR / CSECAR)

Mayky de Jesus Alvarenga (CSECAR)

Alessandro Marins Ferreira (CSECAR)